

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA A ÁREA FINANCEIRA, DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Prova de Conhecimentos

Esta Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

Grupo I – Escolha múltipla

Grupo II – Desenvolvimento

As fotocópias dos Diários da República que poderá consultar, **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes nas salas irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas folhas para resolução da prova, as quais terão cabeçalho destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, apenas poderá ter o presente enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

Boa sorte!

Grupo I (das 48 questões serão sorteadas 16)

Grupo I

Para cada questão identifique a resposta mais completa ou a correta.

A prova terá uma escala de 0 a 20.

Cada questão tem um valor de 1 ponto.

Questão 1

Quem tem competência para a fixação de propinas devidas pelos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa:

- a) Presidente do Instituto Politécnico;
- b) Conselho Geral;
- c) Conselho de Gestão;
- d) Reitor.

Questão 2

A unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Lisboa encontram-se localizadas em que Concelhos:

- a) Lisboa, Amadora e Loures;
- b) Lisboa;
- c) Lisboa e Amadora;
- d) Lisboa e Vila Franca de Xira.

Questão 3

Os Institutos Politécnicos são dotados de:

- a) Autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar;
- b) Autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- c) Autonomia estatutária, pedagógica, científica, financeira e patrimonial;
- d) Autonomia pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

Questão 4

Lei de Enquadramento Orçamental consagra princípios orçamentais tais como:

- a) Unidade e universalidade;
- b) Estabilidade orçamental;
- c) Sustentabilidade das finanças públicas;
- d) Todas as opções anteriores são verdadeiras;

Questão 5

O preço base estabelecido no Código da Contratação Pública, significa:

- a) O preço a pagar pela entidade adjudicante em resultado da proposta adjudicada;
- b) O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- c) Valor máximo do benefício económico que em função do procedimento adotado pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto;
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 6

O regime geral definido pelo Regime da Administração Financeira do Estado consiste:

- a) Na autonomia administrativa;
- b) Na autonomia creditícia;
- c) Nos serviços simples;
- d) Todas as anteriores.

Questão 7

A realização de despesa deve obedecer ao(s) seguinte(s) requisitos:

- a) Economia, eficiência e eficácia;
- b) O facto gerador da obrigação respeite as normas legais aplicáveis;
- c) Disponha de inscrição orçamental no programa e no serviço ou na entidade, tenha cabimento e identifique se os pagamentos se esgotam no ano ou em anos futuros no período previsto para o programa;
- d) Todas as anteriores.

Questão 8

Quais as condições para a atribuição (do regime excecional) de autonomia administrativa e financeira, no âmbito da Lei de Bases da Contabilidade Pública:

- a) Cumulativamente o regime se justifique para a adequada gestão e as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com a exclusão dos fundos comunitários;
- b) Cumulativamente o regime se justifique para a adequada gestão e as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais;
- c) Cumulativamente o regime se justifique para a adequada gestão e as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, incluindo os fundos comunitários;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 9

Qual a ordem cronológica da despesa pública:

- a) Proposta de aquisição – cabimento - autorização de pagamento - autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento;
- b) Proposta de aquisição - cabimento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento - autorização de pagamento – pagamento;
- c) Proposta de aquisição – cabimento – processamento – autorização de despesa – conferência – compromisso – autorização de pagamento – pagamento;
- d) Proposta de aquisição – cabimento – autorização de pagamento – autorização de despesa – compromisso – conferência – processamento – pagamento.

Questão 10

Selecione a resposta errada. O SNC-AP revoga os seguintes diplomas:

- a) POCP;
- b) POC Educação;
- c) LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso);
- d) CIBE – Cadastro e Inventário de Bens do Estado.

Questão 11

O SNC-AP é constituído pelos seguintes subsistemas:

- a) Subsistema de contabilidade orçamental e financeira;
- b) Subsistema de contabilidade pública e financeira;
- c) Subsistema de contabilidade orçamental, financeira e de gestão;
- d) Subsistema de contabilidade pública e de gestão.

Questão 12

O SNC-AP introduzido pelo D.L. n.º 192/2015, será de aplicação obrigatória para:

- a) Todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, segurança social, administração regional e local;
- b) Todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas públicas;
- c) Todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas;
- d) Todos os serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local e empresas que integrem o setor empresarial público.

Questão 13

A organização das despesas que tem por objetivo especificar os fins das atividades típicas do Estado recebe a designação de classificação:

- a) Funcional;
- b) Orgânica;
- c) Económica;
- d) Fonte de financiamento.

Questão 14

Os documentos associados à contabilidade financeira são:

- a) Balanço, Mapas de Execução Orçamental e Demonstração de Resultados – base acréscimo;
- b) Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa - base caixa;
- c) Balanço e Demonstração de Resultados, Fluxos de caixa – base acréscimo;
- d) Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental – base caixa.

Questão 15

A contabilidade financeira releva:

- a) A informação relativa aos bens da entidade e aos valores de caixa existentes apurando o saldo entre recebimentos e pagamentos;
- b) A informação relativa aos bens e direitos da entidade, créditos de curto e longo prazo, a situação de fundos próprios, incluindo o resultado do exercício e de exercícios anteriores;
- c) A informação relativa aos bens e direitos da entidade, rendimentos e gastos, o resultado do exercício e de exercícios anteriores;
- d) A informação relativa aos bens da entidade e aos créditos de curto prazo, a situação de fundos próprios, incluindo o resultado do exercício.

Questão 16

A Lei de Enquadramento Orçamental estabelece:

- a) As disposições gerais e comuns de enquadramento dos orçamentos e contas de todo o Setor Público Administrativo;
- b) As regras e procedimentos relativos à organização, elaboração, apresentação, discussão, votação, alteração e execução do Orçamento de Estado, incluindo o da Segurança Social, e a correspondente fiscalização e responsabilidade orçamental;
- c) As regras relativas à organização, elaboração, apresentação, discussão e votação das contas do Estado, incluindo a da Segurança Social;
- d) Todas as anteriores são verdadeiras.

Questão 17

As operações de execução do orçamento das receitas e das despesas obedecem ao seguinte princípio, nos termos previsto na Lei de Enquadramento Orçamental:

- a) Receitas – princípio da não consignação e da cobrança; Despesas – princípio do equilíbrio e da estabilidade orçamental e do pagamento;
- b) Receitas – princípio da segregação das funções de liquidação e cobrança; Despesas – princípio da segregação das funções de autorização da despesa, autorização de pagamento e pagamento nos termos legais previstos;
- c) Receitas – princípio da segregação das funções de liquidação e cobrança; Despesas – princípio da não consignação na autorização da despesa e pagamento nos termos legais previstos;
- d) Receitas – princípio do equilíbrio da liquidação e cobrança; Despesas – princípio da segregação das funções de inscrição orçamental, autorização da despesa, autorização de pagamento e pagamento nos termos legais previstos.

Questão 18

A Conta Geral do Estado nos termos previstos na Lei de Enquadramento Orçamental deve:

- a) Ser apresentada pelo Governo à Assembleia da República até 30 de junho do ano seguinte a que respeita;
- b) Ser apresentada pelo Governo ao Tribunal de Contas, até 30 de junho do ano seguinte a que respeita;
- c) Ser apresentada pelo Governo ao Tribunal de Contas, até 15 de maio do ano seguinte a que respeita;
- d) Ser apresentada pelo Governo à Assembleia da República até 15 de maio do ano seguinte a que respeita.

Questão 19

O Orçamento de Estado português é estruturado por:

- a) Programas que se desagregam em Medidas e estas concretizam-se através de Atividades;
- b) Programas que se desagregam em Atividades e estas concretizam-se através de Medidas;
- c) Atividades que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Medidas;
- d) Medidas que se desagregam em Programas e estes concretizam-se através de Atividades.

Questão 20

A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) refere que:

- a) O disposto na LEO prevalece sobre todas as normas que estabeleçam regimes orçamentais particulares que a contrariem;
- b) O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior prevalece sobre a LEO;
- c) Ambas as opções anteriores são verdadeiras;
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Questão 21

As Instituições de Ensino Superior, no âmbito do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, poderão ter autonomia financeira concedida pelo Ministro da Tutela, caso cumpram os seguintes requisitos:

- a) A média do número de alunos inscritos na escola em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 5000, ou a média do número de docentes em equivalente a tempo inteiro apurados em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 400, ou a média do volume total das receitas próprias dos três últimos exercícios orçamentais seja igual ou superior a cinco milhões de euros;
- b) Cumulativamente, a média do número de alunos inscritos na escola em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 5000, a média do número de docentes em equivalente a tempo inteiro apurados em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 400, e a média do volume total das receitas próprias dos três últimos exercícios orçamentais seja igual ou superior a cinco milhões de euros;
- c) A média do número de alunos inscritos na escola em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 5000, a média do número de docentes em equivalente a tempo inteiro apurados em 31 de dezembro dos últimos três anos letivos seja superior a 400 ou a média do volume total das receitas próprias dos três últimos exercícios orçamentais seja igual ou superior a cinco milhões de euros;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 22

Classifique se verdadeiro ou falso com "V" ou "F". O classificador económico das receitas e despesas públicas procede à especificação das despesas por:

a) Agrupamento;

b) Capítulo;

c) Grupo;

d) Artigo;

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Questão 23

Classifique se verdadeiro ou falso com "V" ou "F". O classificador económico das receitas e despesas públicas procede à especificação das receitas por:

- a) Capítulo;
- b) Grupo;
- c) Agrupamento;
- d) Rúbrica;

Questão 24

Identifique a classificação económica da receita pública (incluindo o s. art. e rub.) que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar as propinas/taxa pela frequência de aulas de 1º ciclo.

- a) 04.01.22.02.00
- b) 04.01.22.01.78
- c) 04.01.22.99.99
- d) 04.01.22.99.00

Questão 25

Identifique a classificação económica da receita pública (incluindo o s. art. e rub.) que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar a venda de uma publicação produzida por si.

- a) 07.01.03.02.78
- b) 07.01.03.99.99
- c) 07.01.03.99.78
- d) 07.01.03.01.78

Questão 26

Identifique a classificação económica da receita pública (incluindo o s. art. e rub.) que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar um valor relativo a um atraso no pagamento de uma propina.

a) 04.02.01.01.78

b) 04.01.02.01.78

c) 04.02.02.01.99

d) 04.02.02.01.78

Questão 27

Identifique a classificação económica da receita pública (incluindo o s. art. e rub.) que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar a emissão de um parecer que lhe foi solicitado por um cliente.

a) 04.02.02.01.99

b) 07.02.01.01.78

c) 04.02.02.01.78

d) 07.02.02.99.78

Questão 28

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor dos honorários do seu Fiscal Único da Entidade.

a) 02.02.25

b) 02.02.20

c) 01.01.02

d) 01.02.14

Questão 29

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor da aquisição de produtos de limpeza.

- a) 02.02.25
- b) 02.01.04
- c) 02.02.01
- d) 02.01.21

Questão 30

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor do serviço de segurança.

- a) 02.02.18
- b) 02.01.21
- c) 02.02.20
- d) 02.02.25

Questão 31

Identifique a classificação económica da despesa pública que o Instituto Politécnico de Lisboa deverá usar para classificar o valor de uma ação de formação ministrada por um funcionário da Entidade a um grupo de colegas.

- a) 01.02.06
- b) 02.02.20
- c) 02.02.15
- d) 02.02.25

Questão 32

Qual das seguintes competências não pertence ao Presidente do Instituto Politécnico:

- a) Aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- b) Aprovar a criação, suspensão e extinção de cursos;
- c) Fixar as taxas e emolumentos;
- d) Instituir prémios escolares.

Questão 33

Uma das seguintes unidades orgânicas do IPL tem autonomia financeira, identifique-a:

- a) Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;
- b) Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;
- c) Serviços da Presidência;
- d) Nenhuma das opções anteriores.

Questão 34

Em que tipo de ensino superior se inclui o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)?

- a) Ensino politécnico;
- b) Ensino universitário;
- c) Ensino especializado;
- d) Ensino cooperativo.

Questão 35

Qual o requisito mínimo no corpo docente e investigador de uma instituição de ensino superior politécnico?

- a) 1 doutor ou detentor de título de especialista por cada 20 estudantes;
- b) 1 doutor ou detentor de título de especialista por cada 30 estudantes;
- c) 1 doutor ou detentor de título de especialista por cada 40 estudantes;
- d) 1 doutor ou detentor de título de especialista por cada 50 estudantes.

Questão 36

Qual dos seguintes órgãos de governo não é de existência obrigatória nos institutos politécnicos?

- a) Conselho geral;
- b) Reitor;
- c) Conselho de gestão;
- d) Presidente.

Questão 37

Qual dos seguintes não é um órgão de governo do Instituto Politécnico de Lisboa?

- a) Conselho geral
- b) Conselho de gestão
- c) Senado académico
- d) Presidente

Questão 38

O Presidente do IPL é eleito por:

- a) Sufrágio direto e universal;
- b) Voto secreto dos membros do conselho geral;
- c) Voto secreto dos membros do conselho de gestão;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 39

Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela seguinte ordem as seguintes normas:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, o SNC e as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- b) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia, as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 40

Na preparação das demonstrações financeiras é considerada a base do acréscimo. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual:

- a) Os gastos e os rendimentos são contabilizados quando pagos ou recebidos (quando caixa ou equivalentes de caixa sejam recebidos ou pagos);
- b) Os ativos significam as quantias que a entidade tem de cobrar aos seus clientes e os passivos dizem respeito às dívidas aos bancos e aos fornecedores;
- c) As transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Questão 41

No âmbito do SNC-AP, um ativo é:

- a) Um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros;
- b) Um recurso que tem de ser propriedade da entidade como resultado de transações passadas e do qual poder-se-á esperar que fluam fluxos de caixa futuros;
- c) Um bem corpóreo que integra o processo operacional da entidade, contribuindo para a geração de rendimentos futuros;
- d) Um recurso não controlado pela entidade que poderá gerar obrigações no futuro como resultado de acontecimentos passados.

Questão 42

No dia 15 de junho do ano N, adquiriu-se determinado equipamento de transporte, para uso imediato, por um valor X, tendo-se efetuado o pagamento no ano seguinte. Indique qual das afirmações está correta:

- a) No ano N a despesa é de X e há gasto de X;
- b) No ano N+1 a despesa é de X e não há gasto;
- c) No ano N+1 o gasto é de X e não há despesa;
- d) No ano N há despesa, mas não há gasto.

Questão 43

No concurso público, as peças do procedimento são:

- a) O convite, o programa do procedimento e o caderno de encargos;
- b) O programa do procedimento e o caderno de encargos;
- c) O anúncio, o programa do procedimento e o caderno de encargos;
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 44

Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e/ou apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados:

- a) A todo o tempo;
- b) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Questão 45

Compete ao júri do procedimento:

- a) Proceder à apreciação das candidaturas, das propostas e de soluções e projetos;
- b) Elaborar os relatórios de análise das candidaturas, das propostas e das soluções e projetos;
- c) Exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- d) Todas as anteriores.

Questão 46

Para a aquisição de um bem com valor € 3.000,00 sem IVA:

- a) Deve adotar-se sempre o ajuste direto regime simplificado;
- b) Pode adotar-se o ajuste direto regime simplificado, se se cumprir o artigo 22.º do CCP;
- c) Pode adotar-se o ajuste direto regime simplificado, se se cumprir o artigo 113.º do CCP;
- d) Pode adotar-se o ajuste direto regime simplificado, se se cumprirem os artigos 22.º e 113.º do CCP.

Questão 47

Qual das seguintes componentes não faz parte do conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas em regime geral do SNC-AP:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados por natureza;
- c) Uma demonstração das alterações no património líquido;
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 48

Indique qual das opções é falsa.

Relativamente às componentes das demonstrações financeiras, para uma entidade pública sujeita ao regime geral do SNC-AP, um conjunto de demonstrações financeiras individuais compreende:

- a) Demonstração dos resultados por natureza;
- b) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- c) Demonstração das alterações no património líquido;
- d) Nenhuma das anteriores.

Grupo II (das 6 questões serão sorteadas 2)

Grupo II – Desenvolvimento

Pergunta 1 - Diga o que entende pelo princípio da especialização (ou do acréscimo)

Pergunta 2 – A realização de despesa deve obedecer a determinados requisitos. Comente.

Pergunta 3 – Quais os critérios de atribuição de autonomia financeira a unidades orgânicas de institutos politécnicos públicos?

Pergunta 4 - Em termos de contabilidade pública fale da figura orçamental de “crédito especial”.

Pergunta 5 – A Lei dos Compromissos e Pagamentos e Atraso prevê um aumento temporário dos fundos disponíveis. Em que circunstâncias?

Pergunta 6 – De que tipos de autonomias gozam as instituições de ensino superior público? Caracterize-as.

FIM